



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2017/2018

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

PROFESSOR DOUTOR GUSTAVO ANDRÉ SIMÕES LOPES COURINHA – 1 HORA

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

MESTRE PAULO MARQUES – 1 HORA

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Na disciplina de Contencioso Administrativo e Tributário, pretende-se formar o aluno nos domínios da contestação da decisão administrativa fiscal. Tal passa pelo conhecimento adequado dos principais mecanismos de reação do contribuinte – seja em sede administrativa, seja em sede judicial – para tutela dos seus direitos e proteção da legalidade da relação fiscal, bem como das questões de teor procedimental e processual mais relevantes.

Conteúdos programáticos

I PARTE A ESTRUTURA GERAL DO CONTENCIOSO

Capítulo I – Introdução

- a) Objeto
- b) Fontes
- c) Sujeitos – o caso do MP
- d) Relação – o princípio *solve et repete* e o contencioso fiscal

Capítulo II – Os meios gerais de defesa do contribuinte I – os meios procedimentais

- a) A audiência prévia
- b) reclamação graciosa – confronto com a impugnação judicial
- c) O recurso hierárquico
- d) A revisão da matéria coletável apurada por métodos indiretos

Capítulo III – Os meios gerais de defesa do contribuinte II – os meios processuais

- a) A impugnação judicial
- b) A oposição à execução fiscal

II PARTE O CONTENCIOSO FISCAL EM ESPECIAL

Capítulo IV – Outros meios de tutela procedimentais e processuais

- a) A revisão oficiosa
- b) O reconhecimento dos benefícios fiscais
- c) A inversão de presunções
- d) O Procedimento antiabusivo
- e) A ação para reconhecimento de direito ou interesse protegido
- f) A intimação para um comportamento
- g) Sigilo bancário
- h) Contestação de ato administrativo em matéria tributária



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Capítulo V – Questões transversais

- a) Os vícios
- b) As sanções
- c) Os juros – moratórios, compensatórios e indemnizatórios
- d) As garantias

Capítulo VI – O Procedimento de Inspeção Tributária

- a) Sujeitos
- b) Objeto
- c) Mecânica e Prazos

Capítulo VII - A execução fiscal

- a) Sujeitos
- b) Título Executivo
- c) Tramitação do Processo Executivo – da citação à penhora
- d) Incidentes

Capítulo VIII – O regime das infrações fiscais

- a) Estrutura
- b) Investigação
- c) Mecânica e especialidades
- d) Tipos penais e contraordenacionais

Capítulo IX - Recursos

- a) Modalidades
- b) Especialidades

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O conteúdo programático inicia-se com um Enquadramento geral, correspondente à I Parte, destinado a criar nos mestrandos a compreensão da estrutura fundamental do contencioso que se pratica em sede fiscal, designadamente as vertentes procedimental e processual da relação contenciosa. Estudar-se-ão os principais meios ao dispor do contribuinte para tutelar os seus direitos, bem como a legalidade da relação fiscal.

Na II Parte, pretende-se que os alunos apreendam com maior detalhe as especialidades do Contencioso Tributário, de modo a ficarem habilitados a lidar com as várias particularidades de qualquer situação concreta com que se deparem, incluindo com componente inspetiva, executiva, de Infração Fiscal e de Recursos.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas de natureza expositiva, com recurso a situações práticas que auxiliem os alunos na compreensão da fenomenologia contenciosa, bem como a acórdãos das altas instâncias judiciais nacionais que debatam as principais problemáticas jurídicas.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As aulas expositivas visam tanto o aprofundamento dos conhecimentos teóricos dos mestrandos em matéria procedimental e processual, como o desenvolvimento da capacidade de utilizar tais conhecimentos na futura aplicação a hipóteses práticas.

Por seu turno, o debate com os mestrandos sobre matérias integrantes dos conteúdos programáticos, bem como a análise da jurisprudência mais relevante, contribuem para o desenvolvimento por estes da capacidade de acederem à mecânica contenciosa, em vista da tutela dos contribuintes e dos interesses da Administração.

Bibliografia principal

RUI DUARTE MORAIS

- *Manual de Procedimento e Processo Tributário*, Almedina, 2016, Reimpressão da edição de 2012.

JOAQUIM FREITAS DA ROCHA,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, 6.ª edição, Almedina, 2018.

SERENA CABRITA NETO

- *Introdução ao Processo Tributário*, ISG, 2004.

- *Contencioso Tributário - Volumes I e II*, Almedina, Coimbra, 2017.

JORGE LOPES DE SOUSA

- *Código de Procedimento e Processo Tributário - Anotado e Comentado*, Volumes I a IV, Áreas, 2011.

JESUÍNO ALCÂNTARA MARTINS

- *Procedimento e Processo Tributário*, Almedina, Coimbra, 2016.

CRISTINA FLORA / MARGARIDA REIS

- *Recursos no Contencioso Tributário*, Quid iuris ?, Lisboa, 2016.

ISABEL MARQUES DA SILVA

- *Regime Geral das Infracções Tributárias*, Caderno do IDEFF, Almedina, Coimbra, 2016.